

PROFESSORES, ALUNOS (NARRADORES) E AS NOVAS MÍDIAS: ACESSO E AUTORIA NOS CAMPOS DA LEITURA

*Emerson Dionisio G. de Oliveira*¹

A Primeira e Outras Missas

Sempre encontramos desculpas para “ler” o que nos aflige. Vamos a minha: sobre o famoso quadro de Victor Meirelles, *A primeira missa* (1861), havia um mapa do Brasil, indicando diferenças regionais de distribuição de renda. A montagem em papel impresso sobre tela foi produzida pelo artista catarinense Jayro Schmidt, intitulada apenas como *Missa Brasileira* (1982). A obra possui um teor crítico evidente por alguns motivos: a ligação entre religião (aqui a católica) e as questões sociais brasileiras, a sobreposição de tal mapa sobre uma obra canônica da pintura histórica do século XIX e o momento em que Schmidt realizara sua obra, os últimos anos do Regime Militar.

Tais elementos críticos não passaram despercebidos pelo aluno que levou a reprodução de *Missa Brasileira* para sala de aula, acompanhada de uma breve biografia do artista. Ele cumpria a solicitação para que os alunos do curso profissionalizante de Técnico de Turismo do Senac de Campinas², São Paulo, levassem para sala de aula questões relacionadas ao texto “O mito fundador do Brasil” de Marilena Chauí³, discutido no encontro anterior. O texto estava ilustrado por uma reprodução da obra “A primeira Missa no Brasil” (1993), da artista portuguesa Paula Rego, também uma “citação” ao quadro de Victor Meirelles.

Embora o elemento iconográfico tenha sido editado pelo jornal *Folha de São Paulo* apenas como elemento “ilustrativo”, isso não desestimulou o aluno a eleger a obra de Rego como mote balizador de sentido para o texto de Chauí e, por conseguinte, como guia para outras buscas “textuais”. Estudiosos acostumados com os vieses da história da recepção sabem que leitores são freqüentemente praticantes de táticas que enviesam sentidos “programados”. O texto reunido dentro de uma tipologia típica da mídia impressa abriu ao aluno novas possibilidades. Seu diálogo era talvez menos com Chauí, Rego ou o professor e mais, implicitamente, com os editores do referido jornal. Contudo, o fato do aluno ter-se atido ao elemento iconográfico não será a questão aqui discutida, mas sim a capacidade e a rapidez com que ele encontrara, numa breve busca pela Internet, uma obra que estabelecia uma fina discussão com os “textos” ofertados. A busca

¹ Doutorando em História pela Universidade de Brasília. Bolsista Capes, sob orientação da Prof^a Dra. Eleonora Zicari Costa de Brito.

² O autor trabalhou no curso Técnico de Turismo entre 2000 e 2005, ministrando aulas de História da Arte e de Aspectos Históricos de Roteiros Nacionais.

³ CHAUI, Marilena. “O mito fundador do Brasil”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 mar. 2000, Caderno MAIS!, p. 4-7.

não resultou numa obra ilustrativa, mas num trabalho artístico que “revertia” ao mesmo tempo em que ampliava, surpreendendo o professor, a discussão sobre os textos apresentados.

A surpresa não é um elemento novo para docentes de diferentes formações e funções - talvez nunca tenha sido. A questão que a obra de Schmidt suscita neste artigo é menos sobre o modo como ela se relaciona com a discussão proposta e mais com a atitude do aluno que leva um “dado” que não mais está sobre domínio imediato do professor. Artista, obra e motivos que haviam unido ambos naquela sala de aula estavam sob a “leitura” do aluno, alterando o relacionamento entre todos os sujeitos implicados (colegas, autores, professor e aluno).

Esse artigo tem o subtítulo de “acesso e autoria nos campos da leitura” não para limitar as possibilidades suscitadas pelo acontecimento em Campinas, mas para caracterizar a intenção deste artigo: pretendemos formular um conjunto de perguntas sem querer oferecer respostas definitivas sobre o modo pelo qual novas mídias e conteúdos gerados por elas interferem na leitura de alunos e professores, no seu relacionamento dentro do âmbito da história - mas não só nele.

Na interface entre educação, artes, mídia e história, parte das minhas preocupações estão diretamente ligadas ao conceito de “leitura” e, por consequência, ao ambiente de consumo de bens culturais. Como são construídas as diferentes “leituras” que um aluno/ educador⁴ diante de diferentes mídias e como essas leituras foram determinadas em suas diferentes representações é o questionamento que pode, enfim, preencher algumas questões que surgem quando analisamos de perto a atitude do aluno mencionado.

É certo que para discutir o processo de *leitura* sobre as mídias, tenho como premissa que por mais determinado e especializado que venha a ser o olhar do educador, este não deixa de buscar subsídios em diferentes campos das humanidades. Assim sendo, quero trazer para o palco dessa questão algumas discussões do historiador francês Roger Chartier, em especial seu legado para o campo da leitura e sua história. Além dessa ancora teórica, faço uso também do pensamento de Michel de Certeau, cujas análises dos processos de recepção e consumo configuram um novo modo de pensar as relações de domínio do cotidiano. No subsolo das premissas aqui discutidas, também utilizo algumas considerações de Michel Foucault, principalmente, no que tange as suas contribuições para os conceitos de determinações discursivas e “usos” de poder.

Do Sub-Solo

Certeau é um respeitado historiador francês cuja produção científica recai sobre a história das religiões nos séculos XVI e XVII, sendo *Possession de Loudun* (1970) uma de suas principais obras de crítica historiográfica. Em seus trabalhos são sempre perceptíveis vieses otimistas e uma confiança depositada no ‘outro’, de modo que nenhuma situação lhe parece *a priori* fixa ou definitiva. Ele não aceita

⁴ Inserido numa discussão contemporânea sobre educação e aprendizado, por vezes, não farei distinções entre aluno e educador, salvo, mais adiante, quando tais papéis ocuparem lugares históricos constituídos de poder.

os discursos que instituem a dominação sem “ouvir” o outro lado, sob a realidade maciça dos poderes e das instituições e sem alimentar ilusões quanto a seu funcionamento:

*Certeau sempre discerne um movimento de micro-resistências, as quais fundam por sua vez microliberdades, mobilizam recursos insuspeitos e assim deslocam as fronteiras verdadeiras da dominação dos poderes sobre a multidão anônima.*⁵

Sua obra, desta forma, está voltada à compreensão de uma série de táticas e estratégias (que nele não podem ser tomados como sinônimos aqui) que auxiliam os pesquisadores a encontrar as pequenas diferenças onde tantos outros só vêem obediência e uniformização. Certeau dedica-se à refutação das teses comuns sobre a passividade dos consumidores (levado no seu sentido amplo) e a massificação dos comportamentos:

*Análises recentes mostram que ‘toda leitura modifica o seu objeto’, que (já dizia Borges) ‘uma literatura difere de outra menos pelo texto que pela maneira como é lida’, e que enfim um sistema de signos verbais ou icônicos é uma reserva de formas que esperam do leitor o seu sentido. Se portanto ‘o livro é um efeito (uma construção) do leitor’, deve-se considerar a operação deste último como uma espécie de lectio, produção própria do ‘leitor’. Este não toma nem o lugar do autor nem um lugar de autor. Inventa nos textos outra coisa que não aquilo que era a ‘intenção’ deles. Destaca-se de sua origem (perdida ou acessória). Combina os seus fragmentos e cria algo não-sabido no espaço organizado por sua capacidade de permitir uma pluralidade indefinida de significações.*⁶

A questão do lugar do autor que Certeau não se furta em demarcar num campo movente de fragmentos será discutida mais a frente, e como veremos não está segura mesmo aí.

Tais questões encontraram eco também no vasto - e diverso - trabalho de Foucault. Nele nos interessa os conceitos de poder e discurso, que não podem ser separados, uma vez que o custo dessa dissociação seria a perda de aspectos importantes das perspectivas assumidas pelo autor em relação à história e às instituições, assunto caro a nossa discussão. Um ponto importante desse entrelaçamento é a negação da noção de poder como simples repressão, a ela contrapondo-se a afirmação de que o poder construtivo, aquele que positiva, “*induz ao prazer, forma saber, produz discurso*”⁷. Trata-se, portanto, de um conceito de poder que produz verdades, mais do que as oculta, que constitui regras para o verdadeiro. Regras, entre outras, de produção de enunciados e de reconhecimento

⁵ Apud CERTEAU, Michel De. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 18.

⁶ CERTEAU, *A invenção...*, p. 264-5.

⁷ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 8.

de seus sujeitos-autores. Um conceito que aliado às noções de táticas de Certeau nos indica uma realidade mais complexa no que tange as histórias das e sobre as leituras.

Os dois alicerçam essa breve reflexão a respeito da *leitura* que, aqui, deve ser compreendida como uma gama infinita de deslocamentos, apagamentos, nexos e desvios discursivos que emanam desde as condições de produção de um texto⁸ até sua realização na recepção - para utilizar um termo mais caro à comunicação - do leitor. Ou seja, desde as determinações que surgem antes da produção de um capítulo de telenovela, um texto publicitário na Internet ou uma reportagem numa revista semanal até sua apreensão pelo leitor⁹. Visto assim, todo o processo de construção, representação e recepção textual é o que chamo de *leitura*. Para aprofundar essa questão, reservo-me a comentar, em especial, um texto de Chartier, solo de nossa reflexão.

(Outra) História da Leitura

Chartier construiu sua carreira como pesquisador investigando os “lugares” de realização do texto histórico. Ou seja, como pensadores de diferentes campos do conhecimento poderiam se aproximar de textos produzidos em diferentes contextos temporais e sociais. Em sua obra *A aventura do Livro: do leitor ao navegador* - um diálogo com o também historiador Jean Lebrun¹⁰ -, Chartier indica como é árduo o enfrentamento com as novas mídias, que embora herdem as linguagens que as precedem, criaram um novo campo de *leitura*. Campo que suscita dúvidas sobre o olhar dos pesquisadores a respeito dessas mídias, uma vez que a formação desses não está suficientemente preparada para o embate.

É certo que os novos códigos midiáticos nos impelem a leituras enviesadas e mesmo a desconfianças múltiplas em relação a todo esse corpo tecnológico, mas ao mesmo tempo, não estamos inteiramente desarmados, nem somos vítimas ou consumidores passivos e é nessa fissura que entra o pensamento de Chartier. Pois se ler é, sobretudo, produzir, também podemos ser os algozes nesse relacionamento, na medida em que nos tornamos condutores de leituras como educadores *lato sensu*.

O primeiro alerta que Chartier nos dá diz respeito à invenção da tipografia (impressão com tipos móveis) realizada por Gutenberg, em meados do século XV, em relação aos textos manuscritos e todo o complexo de técnicas de impressão de

⁸ *Texto* não significa aqui um objeto imanente e exclusivo da linguagem verbal, muito menos um corpo dotado de começo, meio e fim. É antes um termo que se confunde com a noção de discurso para a semiologia francesa fundada a partir do pensamento de Michel Pêcheux, ao mesmo tempo que a extrapola, visto que o termo *texto* também pode se dirigir ao campo do imagético.

⁹ Apreensão, aqui, não significa sucesso do ato comunicacional. Está, antes, associada ao conceito de apropriação em Chartier: “A apropriação tal como a entendemos visa uma história social dos usos e das interpretações, relacionados às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os produzem”. CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a História entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 2002, p. 67.

¹⁰ CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Tradução de Reginaldo de Moraes. São Paulo: Editora da Unesp/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

imagens no Ocidente. Para o autor, a descoberta dos tipos móveis é superdimensionada. Ela não é a grande revolução que delimitou a história da leitura. De fato, a era pós-Gutenberg alterou o modo de pensar, produzir e consumir informação, contudo, essas modificações foram paulatinas e, de certa maneira, não tão radicais como querem crer algumas versões da história das tecnologias.

A base do objeto de fixação da informação e o modo como a linguagem era organizada continuaram a ser processados num modelo semelhante. O livro impresso - para ficar no exemplo clássico - permaneceu a ser disposto em folhas dobradas, protegido por uma encadernação. Paginação, numeração, índices e sumários seguiam o mesmo modelo do *códex*. Isso sem atentar que a impressão tipográfica conviveu, até o século XVIII, no mesmo pé de importância, com os livros copiados manualmente. E só será nos oitocentos que imagem e texto passam a compartilhar as mesmas oficinas tipográficas. Antes essas impressões obedeciam a estatutos diversos, com técnicas e profissionais separados.

Todo esse comentário de Chartier a respeito da evolução da imprensa e suas formas de compreensão e produção é chamado para indicar que só agora, nos últimos 30 anos, é que está sendo operada uma revolução que deverá mexer com o estatuto da *leitura*.

São as mídias eletrônicas que começam a realizar uma real revolução no modelo de conceber a textualidade e, por fim, a leitura. Para ele, o advento do texto eletrônico transformou o índice material mínimo: o objeto. O texto não é mais uma seqüência material como nós a conhecemos, ele está mais distante como elemento corporal e, como tal, sua organização não é a mesma. O fluxo seqüencial do texto altera a relação do leitor espaço-temporalmente. O leitor pode embaralhar, entrecruzar, reunir textos que são inscritos na mesma memória eletrônica: “*Todos esses traços indicam que a revolução eletrônica é uma revolução do suporte material do escrito assim como nas maneiras de ler*”¹¹.

Chartier vai além ao definir que as mídias eletrônicas, através da relação corporal e intelectual que estabelecem entre o autor e o texto, unem posturas e possibilidades que na tradição da transmissão textual estavam separadas. Ou seja, tal unidade está colocando em cheque as noções de autor, editor, distribuidor e leitor que foram fixadas durante séculos de manipulação do escrito e do imagético. Uma vez que no mundo eletrônico, edição, produção e distribuição podem ser instituídas num só sujeito ou, pelo contrário, executados por uma infinidade de sujeitos¹².

Ao mesmo tempo o papel crítico do que é o texto está sendo ampliado a um nível sem precedentes na história. Diferentes textualidades estão chegando a

¹¹ CHARTIER, *A aventura...*, p. 16.

¹² Estamos assistindo nos dez últimos anos a fenômenos interativos de textos abertos que podem ser escritos, lidos, reescritos, apagados e relidos por vários sujeitos. Um exemplo clássico entre nós é a enciclopédia eletrônica Wikipedia. Nesse aspecto: “*Michel Foucault a rêvé en imaginant un ordre des discours dans lequel disparaîtrait l’appropriation individuelle des textes et où, anonymement, laisserait sa trace dans des nappes de discours sans auteur*”. CHARTIER, Roger. *De l’écrit sur l’écran: Écriture électronique et ordre du discours*. Comunicação apresentada no Colóquio *Lês écritures d’écran: histoire, pratiques et espaces sur le Web*. 18 e 19 de maio de 2005, Aix-en-Provence, Maison Méditerranée des Sciences de l’Homme.

diferentes leitores que passam, em tempo real, a co-autores críticos desse material. Esse é, talvez, o maior desafio do educador: a constituição de um pensamento crítico sobre uma textualidade, simultaneamente (e por muitas vezes, posteriormente) à constituição de seus alunos. Perde-se aí uma vantagem histórica, que para muitos teóricos foi sempre um uso de poder. E mais, os papéis sociais do autor e leitor começam a sofrer sérios ataques em suas fronteiras - algo que mesmo as premissas de Certeau não haviam calculado.

Chartier nos chama a atenção, depois das primeiras considerações, para a liberdade do leitor. Pesquisadores da linguagem denotam que essa liberdade está atrelada ao próprio conceito de linguagem, ou seja, que por mais programático que venha a ser o estatuto de produção de uma linguagem, este sempre acarretará num corpo polissêmico, ou seja, o lugar da invenção dos sentidos, múltiplos em seu fim. Em outras palavras, diante do leitor, a linguagem nunca é literal, uma vez que esta corta e é cortada por diferentes campos de enunciação.

As práticas sociais da leitura, no entanto, não estão abertas, mesmo sendo a linguagem o lugar dos vários “lugares”. Isso ocorre, segundo Norbert Elias¹³ - citado por Chartier -, graças a uma série de normas reguladoras do *ler* que infligiram sobre o leitor a supremacia do autor, ou seja, o *status* de que o texto possui limites de sentido contidos em sua própria produção. Desta forma, por mais amplo que venha ser o potencial de um texto no que tange à apreensão de seu sentido, faz-se necessário observar que o leitor contemporâneo herda um sistema de representações codificadas que, simultaneamente, dependem e alimentam convenções e interesses envolvidos no ato de produzir sentido. Temos dificuldades em criar um juízo de valor a respeito dessas convenções. Primeiro que estas parecem ser dentro das práticas sociais algo irrevogável, embora mudem conforme o ambiente histórico-social, pois, mesmo a Arte, que possui um estatuto amplo de liberdade produtiva, possui, em última análise, instituições que a interpretam e ensinam a interpretar. Segundo, porque tais convenções, dentro das proposições de poder foucaultiano, constroem possibilidades de interpretação que ampliam o deslocamento de sentido para fora das determinações do texto programado, como vimos no exemplo do aluno de Campinas. Ao mesmo tempo, não se quer negar a multiplicidade da leitura, isto seria negar a nossa época, mas há que se pretender, no meio do múltiplo, algumas articulações de sentido, alguma coerência interna, para que o múltiplo não seja equivalente a um vale-tudo deliberado, antinodo da própria liberdade criativa.

Nesse aspecto, em outro texto, Chartier tem sua opinião. Segundo ele:

(...) aplicada à teoria da leitura, esta perspectiva leva a observar quão insatisfatórias são as abordagens que consideram o ato de ler como uma relação transparente entre o ‘texto’ - apresentado como uma abstração, reduzido ao seu conteúdo semântico, como se existisse fora

¹³ Norbert Elias nos dá como exemplo o silêncio obrigatório exigido nas bibliotecas medievais como um silêncio sagrado ao livro e ao seu autor. Essa é apenas uma prática que segundo Elias é o processo civilizador, “que obriga os indivíduos a controlar suas condutas, a censurar seus movimentos espontâneos e a reprimir seus afetos”. CHARTIER, *A aventura...*, p. 78.

*dos objetos que o oferecem à decifração - e o 'leitor'. Os textos não são depositados nos objetos, manuscritos ou impressos, que o suportam como em receptáculos, e não se inscrevem no leitor como o fariam em cera mole. Considerar a leitura como um ato concreto requer que qualquer processo de construção de sentido, logo de interpretação, seja encarado como estando situado, no cruzamento entre, por um lado, leitores dotados de competências específicas, identificados pelas suas posições e disposições, caracterizados pela sua prática do ler, e, por outro lado, textos cujo significado se encontra sempre dependente dos dispositivos discursivos e formais que são os seus.*¹⁴

Em outras palavras, o autor acredita na tensão entre essas duas esferas - a liberdade polissêmica e as convenções de sentido -, que elevam a *leitura* a um limbo, cuja determinação de sentido será constituída dentro de um contexto particular. Sendo assim, como essas relações entre texto e leitura estão sendo alterados pelas novas mídias?

Segundo Chartier, de maneira alegórica, o leitor do passado será aquele que pode intervir no texto a partir de sua margem, de seus silêncios e rupturas. Agora, “o leitor não é mais constrangido a intervir na margem, no sentido literal ou no sentido figurado. Ele pode intervir no coração, no centro”¹⁵. O historiador pergunta-se o que resta de uma autoridade que se impunha através de normas quando as novas mídias confundem a distinção entre autor e leitor, entre autoridade e apropriação? O próprio Chartier não responde essa questão de maneira afirmativa neste texto. Antes ele prefere citar a pesquisa de Daniel Fabre¹⁶ a respeito de leitores franceses e americanos de mídias eletrônicas, sem, contudo indicar uma resposta nítida a essa questão. O que constata é que, no âmago do problema, o que se está constituindo através dessas mídias é antes uma “outra leitura”, onde as velhas categorias e divisões de saber, de poder e de transmitir, estão sujeitas a novas normas, cujos estatutos estão sendo construídos na contemporaneidade.

No entanto, encontraremos um diagnóstico mais efetivo num texto publicado em maio de 2005, intitulado *De l'écrit sur l'écran: écriture électronique et ordre du discours*. Nele Chartier afirma que as mídias eletrônicas trazem três transformações imediatas às questões de *leitura*. A primeira da ordem do discurso; a segunda da ordem dos fundamentos e a terceira da ordem da propriedade. Como já tratamos da primeira anteriormente e a terceira pertence ao campo do fazer sócio-jurídico, meu interesse centra-se antes na segunda transformação:

¹⁴ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Bertrand, 1990, p. 25.

¹⁵ CHARTIER, *A aventura...*, p. 91.

¹⁶ FABRE, D. *Écritures ordinaires*. Paris: POL, 1993. O trabalho de Fabre nos indica caminhos preciosos sobre os novos “saberes” instituídos e exigidos aos leitores contemporâneos, contudo, não deixamos de verificar o quanto sua aplicação perdeu o vigor diante das novas possibilidades criadas pela linguagem alçadas na Internet.

*A segunda modificação concerne à ordem dos fundamentos, se entendemos por tal, a maneira de organizar uma argumentação e os critérios que podem mobilizar um leitor para aceitá-la ou refutá-la. Do ponto de vista do autor, a textualidade eletrônica permite o desenvolvimento de demonstrações segundo uma lógica que não é mais necessariamente linear ou dedutiva, como aquela imposta pela escrita, qualquer que seja sua técnica, de um texto sobre uma página. Ela permite uma articulação aberta, rompida (...) Do ponto de vista do leitor, a validação ou recusa de um argumento pode doravante apoiar-se em consultas de textos (mas também em imagens estáticas ou móveis, registros sonoros ou composições musicais) que são o objeto mesmo de estudo, com a condição, evidentemente, que sejam eles acessíveis numa forma digitalizada. Se este é o caso, o leitor não é mais obrigado a aceitar a leitura do autor, ele pode à sua vontade, a seu gosto e prazer, refazer todo ou parte do percurso da pesquisa. Há uma alteração epistemológica fundamental que transforma profundamente as técnicas da prova e as modalidades de construção da validação dos discursos do saber.*¹⁷

O historiador pode estar apontando que o *status* da leitura estará definitivamente invertido num futuro próximo. Será do leitor o poder de construir as representações de sentido textual a partir da produção do mesmo?

Considerações do leitor

A resposta de Chartier pode ser incompleta à primeira vista, contudo creio que - como muitos no ambiente da História - uma quantidade crescente de pesquisadores está debruçada sobre esses problemas nesse exato momento. O que se pode apreender com Chartier é menos sobre o futuro que as práticas que formam nosso *habitus* de leitura. Para o educador, o conhecimento de uma história (ou antropologia) das interpretações, talvez, venha ser um ponto importante de sua formação, e não apenas a determinação de uma apropriação dos diferentes textos midiáticos. Saber lidar com as determinações fundamentais e inscritas nas práticas de leitura e suas inúmeras possibilidades de interpretação é, antes, saber reconhecer nos textos as categorias variáveis, constituídas na descontinuidade social

¹⁷ Tradução nossa. O texto original, em francês: “*La seconde mutation concerne l’ordre des raisons, si on entend par là, la manière d’organiser une argumentation et les critères que peut mobiliser un lecteur pour l’accepter ou la refuser. Du côté de l’auteur, la textualité électronique permet de développer des démonstrations selon une logique qui n’est plus nécessairement linéaire ou déductive, comme l’est celle qu’impose l’inscription, quelle que soit sa technique, d’un texte sur une page. Elle permet une articulation ouverte, éclatée (...) Du côté du lecteur, la validation ou la récusation d’un argument peut désormais s’appuyer sur la consultation des textes (mais aussi les images fixes ou mobiles, les paroles enregistrées ou les compositions musicales) qui sont l’objet même de l’étude, à condition, évidemment, qu’ils soient accessibles en une forme numérisée. Si tel est le cas, le lecteur n’est plus seulement obligé d’accorder sa confiance à l’auteur, il peut à son tour, s’il en a le goût ou le loisir, refaire tout ou partie du parcours de la recherche. Il y a là une mutation épistémologique fondamentale qui transforme profondément les techniques de la preuve et les modalités de construction et de validation des discours de savoir*”. CHARTIER, *De l’écrit...*

e histórica. Desta forma, a construção de uma leitura sobre um filme, por exemplo, não passa apenas pela formulação de uma leitura heterogênea deste mesmo, mas sim pela capacidade em perceber como tais interpretações adquirirem terreno no campo dos sentidos e, por fim, confrontar essas possibilidades de sentido com as determinações que o constituíram.

Visto assim, uma nova dimensão da teoria da *leitura* é necessária para distinguir a leitura das representações do mundo e a leitura através de um intermédio do qual é historicamente produzido um sentido. As mídias sofrem em nossa sociedade uma dupla significação. São, simultaneamente, o lugar de uma configuração narrativa, e compreendidas como tal, ao passo que podem ser lidas como a figuração da própria experiência do real. Ou seja, nos guiamos através das linguagens midiáticas sofrendo da ilusão de que elas podem “apreender” o real, ao mesmo tempo que somos providos da consciência da existência dos procedimentos narrativos que as constituem.

Quando a obra de Jayro Schmidt adentrou a sala de aula, aquela estranha produção refletia parte da trajetória de leitura que o aluno produziu sobre as configurações de um texto que indicava não apenas as conformações do “passado”. A obra de arte, em sua dimensão imediatamente crítica, desviava a discussão para os terrenos que nos dizem do presente e da expectativa do futuro. Aquele aluno revogava o lugar de saber definido pela relação hierárquica entre os autores e o professor, para assumir, na companhia de *Missã Brasileira*, um papel importante na narrativa da discussão. A obra, pertencente ao Museu de Arte de Santa Catarina, produzida há mais de duas décadas, há alguns anos estaria espaço-temporalmente inacessível e não cindiria as especulações “dominadas” pelos “proprietários” do saber (o professor, Chauí, Rego, o jornal e a instituição de ensino). A Internet não é uma mídia estável, concluída, louvá-la seria apenas mais um passo na direção de um discurso político perigoso, mas essa mídia distinta possibilitou que este sujeito - a obra - interfira, agora, nessa relação e alce novas possibilidades aos alunos, dentro e fora do âmbito da história, mas, sobretudo, permitiu a esses revogar modelos interpretativos, programados, pois estão cada vez mais conscientes do poder conferido ao acesso e as táticas de sentido.

Há muito espaço para o trabalho reflexivo no que tange as questões aqui abordadas. De qualquer forma, não se trata de um valor finito que subsiste a um problema finito, uma vez que perante às mídias e a sociedade que a engendra, o educador precisa rimar liberdade individual com responsabilidade social. No entanto, ele enfrenta a grande questão do homem contemporâneo, que luta contra a uniformização no mundo globalizado, oclusivo, sem dispor de um modelo ético alternativo. O que torna a consciência da “leitura” uma tarefa nada fácil, mas efetivamente necessária.

RESUMO

O presente artigo procura lançar questionamentos sobre o ensino da história a partir dos conceitos de “leitura” redefinidos pelas novas mídias, em particular sobre os trânsitos de informações e os “lugares” de saber. Para tanto, estamos preocupados com as noções de acesso e autoria em textos do historiador francês Roger Chartier e com interface em noções interpretadas de Michel Foucault e Michel De Certeau.

Palavras-Chave: Leitura; Mídia; Autoria.

ABSTRACT

The aim of the present article is to propose questions about the teaching of History based on the New Medias redefined concepts of “lecture”, focusing the information flows and the knowledge “spaces”. For that, our concerns are the ideas of access and authorship in texts of French historian Roger Chartier and their interface to interpreted ideas of Michel Foucault and Michel De Certeau.

Keywords: Reading; Media; Authorship.